

Apoio ao empreendedorismo

Dafne Capella



Maria Helena Carvalho mostra parte da sua produção: empreendedora afirma que necessidade levou-a ao aprendizado

Poucos minutos de conversa com a dona de casa Maria Helena Carvalho, de 38 anos, são suficientes para perceber o exemplo que representa esta cearense, estudante da 8ª série do ensino fundamental. Maria mudou-se para o Rio de Janeiro há 20 anos, e, como nunca conseguiu um emprego formal, começou a produzir peças e acessórios femininos por conta própria. Ela fabrica, em sua casa, bijuterias, cintos, bolsas, roupas, sandálias e arranjos para festas. Cuida das duas filhas e toma conta de quatro sobrinhos. E ainda sustenta a família, já que o marido está desempregado. Um dado interessante: Maria nunca fez um único curso para aprender a produzir o que vende. “A

necessidade é que me levou ao aprendizado. Assistio televisão e observo o que está na moda. O único curso que comeci a fazer, fui obrigada a interromper por falta de dinheiro”, conta Maria.

O segredo para o sucesso no meio de condições tão improváveis é um só: não ter medo de aprender. E dar oportunidades para o surgimento de empreendedores como Maria, em todo o território fluminense, é o objetivo de leis aprovadas e de projetos em tramitação na Assembleia Legislativa. Mais do que fomentar a economia do estado, as medidas visam a engrandecer a autoestima do cidadão.

PÁGINAS 4 e 5

**Parlamentares juvenis
passam por nova
capacitação**

PÁGINA 3

**Em debate: prós e
contras da reeleição
para presidente**

PÁGINA 6

**Dono da Volo confia
na liberação do Cheta
pela Anac**

PÁGINA 7

Escolha por deixar a Assembléia

CORRIDA POR UMA VAGA NO PARLAMENTO FOI DESFALCADA POR QUATRO DEPUTADOS, QUE JÁ CUMPREM MANDATO

SÉRGIO JARDIM

“Fiquei 16 anos aqui, sem faltar um dia sequer. Dei minha cota de contribuição para esta Casa.” A frase, do deputado Sivuca (PT-doB), sintetiza o que a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro significou para ele nesses anos de vida pública. Assim como Sivuca, três outros parlamentares não tentaram a reeleição nas últimas eleições. Por motivos estratégicos ou de saúde, os deputados Cornélio Ribeiro (PMDB), Sérgio Soares (PTC) e Acárisi Ribeiro (PTC) também optaram por não enfrentar as urnas. E não se arrependem.

Sivuca despede-se da Alerj como um dos mais polêmicos deputados do estado. “Apresentei, em 16 anos de atividade parlamentar, 850 projetos de lei. Sempre fui presente, assíduo e pontual. Chegou a hora de parar”, conta o deputado, de 77 anos, antes de afirmar que vai sentir saudades do trabalho que realizava na Casa. “Saio com a consciência de que fiz o melhor que pude. E, principalmente, de que defendi minhas idéias, sem nunca mudar minha conduta”, lembra.

Médico pediatra e prefeito de Itaboraí por dois mandatos, o presidente da Comissão de Indústria e Comércio, deputado Sérgio Soares, abriu mão de disputar



Fotos Rafael Wallace

Acarisi Ribeiro, Sérgio Soares, Sivuca e Cornélio Ribeiro: opção por ficar longe das urnas

uma nova vaga no Parlamento para investir no sonho de voltar à prefeitura de seu município. “Busquei um fortalecimento político na minha base eleitoral, que é Itaboraí. Dialoguei com as forças de oposição, e fiz um acordo para aumentar a minha força política”, explica Soares.

Para Acárisi Ribeiro, o motivo que o retirou das urnas foi mais forte do que a questão política. O parlamentar, que foi vereador em Nova Iguaçu por cinco mandatos e que está no primeiro mandato como deputado estadual, encontra-se com problemas de saúde desde 2005, e ainda

está em tratamento. Ele garante que a decisão foi tomada em conjunto. “Fiz uma reunião com a minha família e a minha equipe, e resolvemos pisar no freio. Se estiver 100%, serei candidato em Nova Iguaçu em 2008”, explica.

Já Cornélio Ribeiro, que cumpre o segundo mandato, alegou problemas particulares para abdicar da vida pública, garantindo que a atitude nada tem a ver com questões políticas. “Quero cuidar das minhas empresas. Quero dar uma parada, não sei se definitivamente ou não. O tempo é que vai dizer”, afirma.

Expediente
Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:
JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:
Heloneida Studart

2º Vice-presidente:
José Távora

3º Vice-presidente:
Sivuca

4º Vice-presidente:
Fábio Silva

1ª Secretária:
Graça Matos

2ª Secretário:
Léo Vivas

3º Secretário:
Marco Figueiredo

4ª Secretária:
Aparecida Gama

1º Suplente:
Leandro Sampaio

2º Suplente:
Eliana Ribeiro

3º Suplente:
Nelson Gonçalves

4º Suplente:
Acárisi Ribeiro

Jornalista responsável:
Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:
Fernanda Galvão

Repórteres:
Geiza Rocha
Luciana Ferreira
Pedro Motta Lima

Estagiários:
Aline Leal, Clarisse Bretas,
Dafne Capella, Fabiano Veneza,
Luciana Mendes, Marcela Palma,
Marcela Maciel, Sérgio Jardim,
Thayssa Plum

Fotógrafo:
Rafael Wallace

Diagramação:
Pedro Koblit

Coordenação Gráfica:
Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:
Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:
2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786
site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“É preciso averiguar e saber para onde está indo este dinheiro. Enquanto as crianças não enchem a barriga, muitos devem estar enchendo seus bolsos.”

Caetano Amado (PL), sobre relatório do Tribunal de Contas do Município que informou a redução do investimento em merenda em 85%, pela Prefeitura do Rio



“O presidente da República parece ser presidente do Nordeste e de São Paulo. Os outros estados da Federação estão à míngua, principalmente o Rio de Janeiro.”

Samuel Malafaia (PMDB), criticando a intenção federal de transferir o Departamento de Aviação Civil para Brasília

“Como uma pessoa recém-eleita, com mais de 400 mil votos, se manifesta para dizer que os judeus inventaram o Holocausto?”

Carlos Minc (PT), reagindo à afirmação do deputado federal eleito por SP, Clodovil Hernandez (PTC), considerada anti-semita

Parlamento Juvenil muda Regimento

FIM DO VOTO SECRETO E NÚMERO MÁXIMO DE PROJETOS APROVADOS SÃO ANUNCIADOS DURANTE CAPACITAÇÃO

THAYSSA PLUM

Os coordenadores do Parlamento Juvenil anunciaram mudanças na terceira edição do projeto durante a etapa de capacitação dos estudantes, realizada no dia 30 de outubro, em Niterói. Quando se encontrarem na Alerj, em janeiro de 2007, os 40 jovens eleitos pelos cinco pólos regionais do estado serão divididos por sorteio em duas comissões técnicas. Das duas comissões, sairão 20 projetos. “Apenas cinco serão escolhidos em plenário para serem enviados ao Executivo. Todas as votações serão abertas, como determina a Constituição estadual”, explicou o especialista legislativo Wilson Celeiroz. O objetivo dos coordenadores ao fazer pequenas mudanças no Regimento interno do projeto é garantir que as propostas dos parlamentares juvenis sejam julgadas por mérito, e não por afinidade pessoal.

Veterano no Parlamento, Rodrigo Brito, de 19 anos, foi eleito pelo município de Carmo para as três edições do projeto, e elogiou as mudanças. “O projeto está progredindo. O voto fechado, por exemplo, limitava a transparência das votações”, lembra. Nas outras edições também não havia número limitado de projetos a serem aprovados. “Mais importante do que ter o meu projeto escolhido é ter a consciência tranquila de que colaborei para a aprovação das melhores propostas para o estado do Rio de Janeiro”, disse Rodrigo, ao se apresentar aos colegas. Segundo ele, é natural fazer alianças de acordo com a afinidade, mas é necessário que elas sejam acompanhadas de uma postura ética.

Na segunda parte do encontro, as coordenadoras da Secretaria estadual de Educação, Cléa Martins e Ana Cristina de Lima, leram um texto sobre a necessidade de respeitar as diferenças do outro. O debate foi além, e os jovens defenderam a necessidade de conscientizar a população sobre a política. “Lutamos muito para votar, mas esquecemos que a democracia irá se consolidar apenas quando a população for instruída sobre o seu papel no futuro do País”, defende o eleito pelo município de Saquarema, Bernardo Pinto.



Fabiano Veneza

Durante a capacitação, os jovens discutiram ética e aproveitaram para costurar alianças

Eleitos pelo Rio vão a Brasília

O Parlamento Jovem Brasileiro – projeto da Câmara dos Deputados que reúne 78 alunos do 3º ano do Ensino Médio de todo o País – teve a participação de jovens com experiência adquirida no Parlamento Juvenil. Dos sete estudantes que embarcaram no dia 5 para representar o estado, seis são parlamentares juvenis. Eles foram selecionados pela Secretaria estadual de Educação e escolhidos por uma comissão de deputados federais, com base nos projetos que apresentaram. O resultado foi uma bancada que tem a educação como sua maior preocupação: das sete propostas,

três buscam soluções dentro da escola para facilitar o acesso ao mercado de trabalho ou à universidade.

De 6 a 10 de novembro, os parlamentares jovens brasileiros defenderam suas proposições, participaram de reuniões de comissões técnicas e conheceram a rotina do Congresso Nacional. Representarão o Rio os parlamentares de Miguel Pereira, Heron Leite; Duque de Caxias, Ronan da Conceição; Saquarema, Bernardo Pinto; Paty do Alferes, Janilsa da Silva; Santa Maria Madalena, Aline Maia, e de Comendador Levy Gasparian, Paulo Lopes.

Enquanto não chega o dia 15 de janeiro, quando os parlamentares juvenis serão empossados pelo presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), os jovens se comunicam por correio eletrônico e marcam reuniões, para costurar alianças. Preocupado com as articulações feitas ao seu redor, Bernardo, eleito presidente da Mesa Diretora do pólo de Saquarema, disse que pretende unir ao máximo o seu grupo até janeiro. O parlamentar eleito por Miguel Pereira, Heron Leite, lembrou que espera o cumprimento do acordo que

fez durante a etapa regional, em Paraty. “Inicialmente, eu seria o candidato do meu grupo à presidência do pólo regional, mas cedi o lugar em troca do apoio à minha candidatura à presidência da Mesa Diretora da etapa estadual”, lembra. Mas o presidente da Mesa do pólo regional de Paraty, Arnaldo Rodegueri, eleito por Engenheiro Paulo de Frontin, disse que houve reviravoltas depois do acordo. “Ainda estamos estudando quem o grupo vai apoiar. O que posso adiantar é que haverá surpresas”, prometeu. A conferir.

Inclusão no mercado de trabalho é preocupação dos parlamentares

Leis e projetos na Alerj buscam fomentar empreendedores

CLARISSE BRETAS E LUCIANA MENDES

Pesquisa realizada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), vinculado ao Ministério do Trabalho, mostra que, em setembro, foram criadas 176 mil vagas em todo o País. Ao mesmo tempo, o mercado informal ainda aparece como caminho para os jovens que, por falta de especialização, não conseguem se inserir no mundo da carteira assinada. A preocupação com o futuro dos fluminenses, principalmente os sem qualificação profissional, levou os parlamentares da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro a criar leis e apresentar projetos que buscam não só prepará-los para o disputado mercado de trabalho que encontram ao sair da escola, como também fomentar as habilidades de futuros empreendedores.

É o caso da Lei 3.856/02, de autoria do ex-deputado Washington Reis, que versa sobre a criação de cursos profissionalizantes, tais como carpintaria, secretariado e cabeleireiro, em escolas públicas e privadas, prédios públicos e igrejas. A lei prevê ainda uma parceria entre a Firjan e o estado para viabilizar o projeto. Já a deputada Jurema Batista (PT) preocupa-se com as muitas mulheres que sustentam, sozinhas, suas famílias. É de sua autoria o projeto de lei 2.700/05, que cria o programa Pró-Mulher. O projeto tem o objetivo de qualificar e reinserir a mulher no mercado de trabalho, através de ações das secretarias estaduais de Trabalho e Renda e de Ação Social. “Hoje, cada vez mais as mulheres são chefes de família, e sua participação no mercado de trabalho tem aumentado consideravelmente. O salário delas representa cerca de 30% do orçamento de grande parte das famílias brasileiras”, afirma ela, lembrando que a mulher qualificada está livre, sem precisar depender financeiramente de ninguém.



Janaina Severino e Ana Paula da Silva, manicures em um salão de beleza em Botafogo, queixam-se do processo de formação profissional, que se mostrou falho em relação aos cuidados com higiene e direitos da categoria

A necessidade de capacitação em cursos profissionalizantes é confirmada pelos profissionais do Rangel Cabeleireiros, salão de beleza localizado em Botafogo, Zona Sul da capital fluminense, onde os profissionais denunciam as falhas no processo de capacitação da mão-de-obra. “Já soube de mulheres que pegaram micoses por causa do palito de madeira que usamos para limpar as unhas. Fiz um curso de manicure, mas não ensinaram como evitar a transmissão dessas doenças”, exemplifica Ana Paula da Silva, há sete anos na profissão. Também manicure, Janaina Severino, de 20 anos, nunca fez curso para se capacitar e desconhece os direitos da categoria. “Comecei fazendo a unha das minhas amigas, que elogiavam o meu trabalho. Sei fazer unha, mas não sei se temos direitos dentro dessa profissão, que não é reconhecida”, lamenta Janaina. Já o dono do salão, Evailton Rangel, levanta outro problema. “Cabeleireiros, manicures e depiladoras apresentam dificuldades no trato com os clientes. O atendimento, às vezes, é ruim porque elas não sabem lidar com as clientes. Tento ensinar, mas os cursos poderiam fazer isso melhor”, acredita Rangel, que também é cabeleireiro.

A preparação dos profissionais para o mercado da beleza também motivou o deputado Edmilson Valentim (PCdoB), autor do projeto de lei 3.211/06. A proposta, que busca regulamentar os depiladores, cabeleireiros, manicures e pedicures, recebeu parecer na Comissão de Constituição e Justiça pela transformação em indicação legislativa. Valentim, porém, afirma que a decisão não invalida a iniciativa. “Quisemos chamar a atenção para a questão. Existe uma gama de profissões no Brasil que, por falta de regulamentação, acabam prejudicando a economia do país”, justifica Valentim.

Presidente da Comissão de Trabalho da Casa, o deputado Gilberto Palmares (PT) pretende incluir na proposta orçamentária de 2007 a existência de um piso salarial para estudantes de cursos técnicos de nível médio. “Precisamos valorizar esse pessoal, e a ausência do piso é desestimulante”, adiantou o petista. O presidente também defende que o Estado tenha uma maior autonomia na aplicação dos recursos orçamentais destinados à geração de emprego e renda. “Ainda somos muito dependentes dos recursos advindos do Governo federal para os investimentos necessários nesta área”, acredita.



Fotos: Dafne Capella



Para Evailton Rangel, os cursos podem preparar os profissionais do mercado da beleza para o trato com as clientes

Audiência discutiu regulamentação da profissão de esteticista

Legislar sobre a regulamentação de profissões é atribuição do Congresso Federal, segundo o artigo 22 da Constituição brasileira, mas a Casa já abriu as portas para discutir a questão e ajudar os trabalhadores informais do estado a terem uma ocupação regularizada. Em abril deste ano, Edmilson Valentim promoveu um fórum para auxiliar na regulamentação da profissão de esteticista, defendendo a criação de curso superior de formação para estes profissionais e a criação dos conselhos federal e regional da classe. O parlamentar afirma que essa regulamentação deve ser feita de forma a buscar as necessidades do setor. “Esta é uma exigência da modernidade, não só das esteticistas”, aponta. O projeto de lei 959/03, de autoria da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal, tem como objetivo a regula-

mentação da classe. A matéria está em tramitação em Brasília.

Presidente da Associação de Esteticistas do Estado do Rio de Janeiro (Asserio), Rosângela Façanha também defende os cursos superiores e a criação dos conselhos, já que, atualmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é o único órgão fiscalizador da profissão. Ela cita uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira dos Profissionais de Estética (Febrape), em 2001, que mostra que há 90 mil profissionais da área atuando formalmente no Brasil. Segundo Rosângela, o que diferencia o técnico em estética do tecnólogo é a formação — um, de nível médio, e o segundo, superior.. Ela lembra que “esteticistas não são médicos”, portanto não estão habilitados a realizar procedimentos invasivos, como cirurgias plásticas e mesoterapia.

EM DEBATE: PRÓS E CONTRAS DA REELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

LUIZ PAULO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

Mudar é preciso

Rafael Wallace



Algumas idéias parecem perfeitas no papel, mas na prática revelam-se desastrosas. O instituto da reeleição — para cargos executivos —, criado em 1997, é o exemplo pronto e acabado daquilo que parecia bom na teoria, mas a aplicação mostrou-se um fiasco. E bastaram duas candidaturas a presidente — e outras tantas regionais — para consolidar esse ponto de vista.

Acabamos de passar por um disputado processo eleitoral, e o resultado evidenciou, de forma clara e inequívoca, o favorecimento no uso da máquina pública pelo inquilino do Palácio do Planalto. Ninguém, nem a Justiça Eleitoral, conseguiu distinguir o candidato do presidente. O Palácio virou palanque, as solenidades oficiais se transformaram em comícios e os ministros transformam ministérios em comitês eleitorais.

O presidente-candidato chegou a liberar R\$ 1,5 bilhão para estados e municípios às vésperas do segundo turno. E mais: o Governo teve a cara de pau de distribuir cartilhas sobre as realizações da sua gestão, pagas com recursos públicos (o meu, o seu, o nosso dinheiro) e distribuídas pelos diretórios do PT.

O que me parece mais grave é que a legislação atual afronta os princípios democráticos, afetando a igualdade de condições da disputa eleitoral. E o motivo é simples: o uso da máquina beneficia o candidato que está no poder.

“A solução? Mandato mais longo, de cinco ou seis anos”

Assim, foram criadas duas classes de candidatos: os que disputam a reeleição e os outros, obrigados a se desincompatibilizar de seus cargos para se candida-

tarem. Essa turma fica completamente órfã do poder, enquanto os que querem manter a caneta e o *Diário Oficial* continuam em seus cargos. Já esse pessoal governa, faz e inaugura obras, e mantêm a máquina do governo sob o seu controle.

A solução? Mandato mais longo, de cinco ou seis anos, não renováveis e até a desvinculação da eleição do Executivo e dos legislativos, para não haver subordinação. Afinal, o titular do mandato tem mais condições de fazer o sucessor e até de formar uma bancada que não representa os verdadeiros interesses da população.

NELSON GONÇALVES

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

Vitória da democracia

Rafael Wallace



Em junho de 1997, a Emenda Constitucional número 16, acrescentou o parágrafo 5º ao artigo 14 da Constituição da República, através do qual se introduziu a reeleição no sistema eleitoral brasileiro. A partir dessa decisão, que considero um grande avanço para a democracia do nosso país, ocupantes de cargos executivos, puderam disputar um segundo mandato consecutivo, a exemplo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito em 29 de outubro passado.

Aliás, a recente disputa eleitoral presidencial, reforçou um argumento que venho defendendo há anos. Acredito que o processo de reeleição, tem sido um excelente mecanismo que nos permite, enquanto eleitores, a oportunidade para avaliarmos o desempenho dos nossos governantes à frente de uma máquina administrativa.

Nesse processo, nos cabe demonstrar a nossa indignação mediante uma administração desastrosa; os nossos mais sinceros agradecimentos a um governante que, de fato, tenha se empenhado e trabalhado seja pelo nosso município, estado ou nação ou, ainda, elegermos um candidato que tenha nos cativado com propostas inteligentes e voltadas ao interesse da população. Nos mesmos moldes do que já ocorre com os demais cargos eletivos do Legislativo.

“A reeleição nos permite avaliar o desempenho dos governantes”

E tem sido dessa forma que a população tem agido. Com bastante maturidade, disciplina e determinação, milhares de brasileiros comparecem às urnas, elegem ou reelegem candidatos que de fato demonstram compromisso com projetos de interesse comum e dá oportunidade a eles de prestar contas de suas ações.

A reeleição associada à educação da população, fortalece nossa democracia. O ato de votar faz com que o cidadão reflita sobre o verdadeiro significado político e social da eleição e a importância de exercer naquele momento a cidadania. Com a reeleição a democracia do nosso país somente tem a ganhar.

Homologação à vista para a Varig

SÓCIO DA VOLO BRASIL GARANTE, NA CPI DA ALERJ, QUE A ANAC DEVERÁ LIBERAR O CHETA PARA A COMPANHIA AÉREA

Fotos Dafne Capella

GEIZA ROCHA

No depoimento de Luiz Eduardo Gallo à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Alerj que investiga a venda da Varig, no dia 31 de outubro, o sócio de Marco Antônio Audi e de Marcos Haftel na Volo Brasil afirmou ter certeza de que o Certificado de Homologação de Empresa de Táxi Aéreo (Cheta) será concedido à empresa, em breve, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Segundo Gallo, que não quis polemizar sobre o motivo da demora na emissão do certificado, o presidente da Anac, Milton Zuanazzi, sinalizou, após reunião com os sócios da Volo, que toda a documentação já foi analisada e que falta pouco para que o Cheta seja concedido. “Acredito nas instituições e que os contratos serão cumpridos”, disse Gallo. Haftel, que também havia sido convocado para depor, justificou sua ausência alegando problemas de saúde na família.

Gallo disse que antes de entrar no negócio trabalhava no mercado financeiro, e que foi chamado por Marco Antonio Audi há um ano para ingressar no grupo empresarial. Ele não quis detalhar o montante de dinheiro que investiu na Varig, mas garantiu que enviaria todas as informações que o presidente da CPI, deputado Paulo Ramos (PDT), solicitou. “Queremos saber quanto cada sócio investiu na empresa como pessoa física, quais os aportes feitos até agora e as datas destes aportes”, afirmou o pedetista. O deputado informou que havia solicitado cópia do processo de Recuperação Judicial da Varig ao juiz da 1ª Vara Empresarial, Luiz Roberto Ayoub, responsável pelo caso, mas devido ao tamanho do processo, que possui 20 mil peças, ele relacionará as informações que forem convenientes e as solicitará ao juiz.

Sobre a situação dos funcionários que trabalharam durante o processo de recuperação judicial da empresa e não receberam salário, Gallo afirmou que há previsão de pagamento destes funcionários no Plano de Recuperação Ju-



Acima, o sócio da Volo, Luiz Eduardo Gallo, depõe na CPI da Varig. Ele garantiu que enviará as informações solicitadas pelo deputado Paulo Ramos (abaixo) o mais rápido possível

dicial, aprovado pelos credores da Varig. Ele disse que US\$ 132 milhões já foram investidos na companhia aérea, e que estes aportes são administrados pela Varig remanescente. O sócio da Volo Brasil acrescentou que semanalmente eles prestam contas dos aportes ao juiz Luiz Roberto Ayoub. “Todo o processo está sendo feito da maneira mais transparente possível”, afirmou.

Este é o quinto depoimento ouvido pela CPI da Varig, instalada em setembro, após o recebimento de denún-

cias de irregularidades no processo de venda da companhia aérea. De acordo com Paulo Ramos, na atual situação da Varig, apenas a engenharia política poderá solucionar o impasse. “Estamos em uma situação em que é impossível voltar atrás. A empresa já foi vendida e precisa ser viabilizada. Por outro lado, temos os funcionários da companhia e o Governo do estado, que perderam muito com a venda. Daí a necessidade de apurar como a venda foi realizada”, analisa.

ENTREVISTA ALTINEU CÔRTEZ

DEPUTADO PELO PMDB

‘A refinaria vai gerar 200 mil empregos’

MARCELA MACIEL

Quinto deputado mais votado de seu partido, Altineu Côrtes (PMDB) entra no próximo ano em seu segundo mandato, eleito por 87.283 pessoas. O sucesso ele deve ao trabalho que diz ter alcançado jovens, adultos e idosos. “Acho que representei muitas pessoas aqui, e os votos demonstram o reconhecimento do meu trabalho”, afirma o deputado, morador de São Gonçalo. Seguindo o sonho de se tornar parlamentar, Altineu Côrtes entrou para a Alerj em 2002, em sua primeira disputa por um cargo eletivo, e atingiu o 11º lugar entre os mais bem votados no Estado, com 59.041 votos. Para o próximo mandato, ele promete trabalhar por mais empregos no estado e lutar pela qualificação dos jovens, através de cursos profissionalizantes que possam atender às necessidades do mercado após a instalação da nova refinaria da Petrobrás em Itaboraí. O deputado pretende, ainda, trabalhar junto ao Governo do estado pela construção da linha 3 do metrô para São Gonçalo, Niterói e Itaboraí.

A que o senhor atribui a sua expressiva votação?

No último mandato trabalhei muito com o social, principalmente à frente da Secretaria de Estado de Infância e Juventude, na qual trabalhei por um ano e sete meses. Tenho o orgulho de ter comandado programas como o Leite Saúde, que atende mais de 100 mil crianças, nos 92 municípios do estado, fornecendo às famílias dois quilos de leite por mês. Além disso, as crianças são acompanhadas pelo Estado até os 12 anos. Também realizei um trabalho importante de articulação entre prefeitos e o Governo do estado.

E quais são os projetos para o próximo mandato?

Quero fazer justiça aos votos de con-



Fabiano Veneza

fiança que a população me ofereceu e focar na questão do emprego. Vou lutar por oportunidades para algumas regiões, como a de São José do Vale do Rio Preto, que não está incluída no conjunto de municípios que ganham incentivos de pagar o ICMS a 2%. Assim, a probabilidade de atrair indústrias para a cida-

“Outro projeto nosso é lutar pela ampliação da oferta de cursos profissionalizantes”

de e gerar empregos é maior.

E quais são suas expectativas em relação à refinaria das Petrobras, em Itaboraí?

É bom lembrar que a população vai ganhar muito com este empreendimento, e precisamos estar prontos para dar esse passo. Vou trabalhar junto com o governador eleito, Sérgio Cabral Filho, em tudo que for possível, para viabilizarmos a linha 3 do metrô, que vai ligar os

municípios de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí, porque esta obra será fundamental para a refinaria. Outro projeto nosso é o de lutar pela ampliação, na região, da oferta de cursos profissionalizantes, para formar trabalhadores que possam atender a demanda de empregos que surgirá com este empreendimento. Apenas com a construção da refinaria em Itaboraí serão gerados 200 mil novos empregos.

O senhor pretende voltar a presidir a Comissão de Obras Públicas, que o senhor liderou no início do seu primeiro mandato?

Deixei a presidência da comissão no início do mandato, para assumir a Secretaria de Estado da Infância e Juventude, onde fui o secretário mais novo do Governo. Durante essa época, tive muita ajuda dos Jovens pela Paz na secretaria. Eles são, inclusive, um grupo que ouvirei para discutir idéias de projetos de lei. Quero poder representá-los, porque, em sua maioria, eles fazem um trabalho sério e dedicado. Em relação às comissões permanentes, precisamos primeiro buscar um entendimento.